

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 31/05/2016

- [Crianças e adolescentes aptos para adoção inseridos no Projeto Família](#)
- [Infância e Juventude aprova 50 novos enunciados](#)
- [Efeitos da agenda cheia](#)
- [Crianças sírias apedrejam até a morte casal acusado de adultério](#)
- [Creche terceirizada bate recorde em São Paulo e reduz filas](#)
- [Afeto e atenção são fundamentais para desenvolvimento das crianças](#)
- [Escolas Rurais Conectadas - uma plataforma sobre a educação do campo conectada e inovadora](#)
- [Cartórios passam a emitir certidão de nascimento com do CPF no Amapá](#)
- [CNJ Serviço - Saiba como funcionam as regras para guarda dos filhos](#)
- [Polícia suspeita de falha na rede do quarto do menino que caiu de prédio](#)
- [Foto de bebê encontrado morto no Mar Mediterrâneo comove o mundo](#)
- [Redução da maioridade penal volta à pauta da CCJ nesta quarta](#)
- [Aprovado no Senado, projeto que proíbe o fumo em parque infantis aguarda decisão na Câmara](#)
- [Cartilha traz registro de brincadeiras das crianças de Nova Iguaçu](#)
- [Após pedido da AMB, CNJ autoriza tribunais a concederem licença-paternidade de 20 dias](#)

Assunto: Crianças e adolescentes aptos para adoção inseridos no Projeto Família

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 31/05/2016



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco



BUSCA ATIVA

Adoção é mais que uma escolha, é um encontro.

CONSULTE A LISTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PODEM SER ADOTADOS

COORDENADORIA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

O Projeto "Família: Um direito de toda criança e adolescente", destina-se a divulgar, informações de crianças e adolescentes que ainda se encontram nas instituições de acolhimento do Estado de Pernambuco, cujos pais tiveram decretada a perda do poder familiar, com sentença transitada em julgado, sem candidatos pretendentes à sua adoção, com a finalidade de busca ativa para viabilizar a inserção dos mesmos em família substituta.

Mensalmente a CEJA-PE publicará, a lista das crianças e adolescentes desse Projeto que podem ser adotadas. Acesse a última lista publicada no endereço abaixo:

<https://www.tjpe.jus.br/documents/108072/1226578/Lista+do+Projeto+Fam%C3%ADlia+Maio+2016/0b04c23e-c89f-4e72-8dae-e58a025cf871?version=1.0>

Assunto: Infância e Juventude aprova 50 novos enunciados
Fonte: Tribunal de Justiça de PE
Data: 31/05/2016



Estão aprovados 50 novos enunciados administrativos na área da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Magistrados e servidores presentes a reunião no último dia 13/5, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife, anuíram a publicação dos dispositivos, além de uma recomendação.

A atividade integrou a programação dos 10 anos de implantação da Coordenadoria da Infância e Juventude no Judiciário Estadual (CIJ-PE), que atualmente tem à frente o desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

Os enunciados aprovados versam sobre temas como adoção, reintegração familiar, ação de guarda, oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, atos infracionais e repercussões do Novo Código de Processo civil na área de infância e juventude.

Para acesso à íntegra dos enunciados, utilize o endereço abaixo e, após carregar a página do site, clique no link “Enunciados Administrativos”. Então terão a opção de salvar o arquivo em PDF ou apenas abrir para leitura.

www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria/legislacao-e-jurisprudencia

Assunto: Efeitos da agenda cheia
Fonte: Revista Neuro Educação
Data: 31/05/2016

NEUROEDUCAÇÃO

Em um momento em que adultos pensam em desacelerar, por que não ensinar as crianças a fazer o mesmo? Tempo livre de forma alguma é “tempo perdido”. O ócio favorece a criatividade e outras habilidades importantes. Brincar é um “treino” para a vida – imaginar algumas situações e vivê-las de modo fantasioso é uma preparação para enfrentar desafios.



Escola, esporte e um sem fim de atividades extracurriculares. Nem bem o ano inicia, a agenda de nossos filhos e alunos já está lotada! Família e escola se empenham em oferecer o maior número de oportunidades para o desenvolvimento de potenciais, atendendo às expectativas dos adultos. Antes de nos aprofundarmos no tema da agenda infantil, é interessante pensar em como o tempo era representado na Grécia antiga: pela figura de dois deuses, Cronos e Kairós.

Cronos era um velho cruel e tirano que controlava o tempo desde o nascimento até a morte. Era um ditador da quantidade de coisas que deviam ser feitas durante o dia e cuidava daquele tempo que parece nunca ser suficiente, que preocupa, escraviza e estressa. Kairós, ao contrário, era um jovem ágil que corria rapidamente, era impossível segurá-lo ou trazê-lo de volta; ele simbolizava a oportunidade, a ideia de que não havia uma segunda chance de viver esse tempo!

Uma infância produtiva deveria estar repleta de Kairós! Deveria transbordar de momentos que fluem e marcam o resto da vida, de tempo vivido que corre, que não volta, de tempo para brincar, usar a criatividade sem barreiras, usar a imaginação, de pintar e cantar. A infância deveria conter brincadeiras de faz de conta, cantigas de roda, joelhos ralados, roupa suja, além de muitas ocasiões envoltas em fantasias!

Hoje, percebemos tanto nas famílias como nas escolas a necessidade de preencher com atividades o tempo da criança, enchendo sua vida de Cronos, de horários, de agendamentos. Como disse um educador que conheço, “nossos alunos e filhos estão a menos tempo nesse planeta” e por isso, nós, os adultos, devemos mostrar como fazer, como aproveitar e como viver o tempo que temos por aqui.

“Trabalho da Infância”

Sabemos que pessoas criativas fazem mais associações entre as informações. Todos concordamos que a criatividade é essencial para produzir ideias originais, inesperadas, e gerar adaptações úteis na resolução de problemas. A ciência mostra que não só os seres humanos brincam, mas os animais de todas as espécies fazem isso. Brincar seria um “treino” para a vida, imaginar algumas situações e vivê-las de modo fantasioso nos ajudaria a enfrentá-las e a resolver situações-problema. Segundo a Unesco, “quando uma criança experimenta diferentes maneiras de utilização dos objetos, como, por exemplo, um cabo de vassoura tornando-se um cavalo, ela evolui da imitação até o uso criativo de objetos à medida que busca expressar suas ideias de como vê o mundo a que pertence”.

Brincar, para os neurocientistas, é parte do desenvolvimento humano. Em seu livro *O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas* (Objetiva, 2012), o psicólogo Daniel Goleman sugere que, por meio do brincar – e em estreita interação com o ambiente e seus semelhantes –, novos caminhos neurais se formam e distintas áreas do cérebro se tornam interconectadas. A neurociência já mostrou que o brincar tem papel essencial em vários processos cerebrais; ao proporcionar muitas e variadas experiências, provocaria a formação e consolidação de importantes circuitos neurais, tornando interligadas áreas do cérebro relacionadas a distintas competências ou conjuntos de habilidades.

Pesquisadores como Robert Fagen, autor de *Animal play behavior* (Comportamento lúdico em animais, sem tradução para o português), acreditam que o brincar tenha valor adaptativo, “uma vez que a atividade envolve riscos para a sobrevivência e desperdício energético para indivíduos em crescimento”, o que acontece também com os seres humanos. Muitos já escreveram sobre o brincar, entre eles Jean Piaget, que afirmava que “brincar é o trabalho da infância” e também que o “brincar livre e o brincar dirigido são essenciais para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas”.

As psicólogas Kathryn Hirsh-Pasek, da Universidade Temple, e Roberta Golinkoff, da Universidade de Delaware, realizaram uma pesquisa para saber qual dos dois tipos de brincadeira, a dirigida ou a livre, promovia mais aprendizagem, e entre muitas reflexões fizeram algumas constatações importantes, baseadas em vários autores: “O brincar livre e o brincar dirigido são igualmente importantes para promover competência social e confiança, assim como autorregulação ou capacidade da criança para controlar seu próprio comportamento e suas emoções”. Em artigo publicado on-line na *Encyclopedia on early childhood development*, escreveram que no “brincar livre, a criança aprende a negociar com os colegas, a esperar sua vez e a gerenciar-se e gerenciar os demais”. Chegaram à seguinte conclusão: “O brincar livre e o brincar dirigido oferecem um forte apoio para a aprendizagem acadêmica e social. De fato, comparações entre crianças em idade pré-escolar que utilizam abordagens lúdicas, centradas na criança, e entre aquelas que participam de abordagens menos lúdicas, mais orientadas pelo professor, revelam que o primeiro grupo apresenta melhores resultados em testes de leitura, linguagem, escrita e matemática. Ambientes mais envolventes e interessantes para crianças favorecem o aprendizado no ensino fundamental”. Além disso, as autoras surpreenderam-se com o fato de as escolas terem diminuído seu tempo de brincar livre, de recreio ou intervalo, e também com a diminuição em mais de 50% do tempo que as crianças tinham para atividades ao ar livre em 1997 em comparação com o que têm agora.

Em pesquisa recente publicada no *The Journal of American Medical Association*, pesquisadores concluem que, no período de aquisição de linguagem, “(...) brincadeiras com brinquedos eletrônicos estão associadas à diminuição da quantidade e qualidade da linguagem

adquirida em comparação com o brincar com livros ou brinquedos tradicionais. Para promover o desenvolvimento precoce da linguagem, brincar com brinquedos eletrônicos deve ser desencorajado. Os brinquedos tradicionais podem ser uma alternativa valiosa para o tempo que a criança tem para brincar, assim como a leitura de um livro feita por um adulto”. A Academia Americana de Pediatria tem reiterado a recomendação de que as crianças não deveriam ser expostas a nenhuma mídia eletrônica antes dos 2 anos de idade e utiliza o seguinte argumento: “O cérebro da criança se desenvolve rapidamente nesses primeiros anos e crianças pequenas aprendem mais interagindo com pessoas do que com telas”. Por isso, mesmo servindo de “tranquilizante” para as crianças, vídeos e jogos não deveriam ser utilizados antes dos 2 anos, principalmente durante as refeições, nem como alternativa preferencial quando outro ser humano pode interagir com os pequenos. Ensiná-los a se acalmar e a comer com atenção focada dá trabalho e estamos optando pela distração, não pelo aprendizado.

Ainda de acordo com a Academia Americana de Pediatria, crianças entre 8 e 10 anos têm passado, em média, oito horas diárias em contato com mídias eletrônicas, o que causa efeitos negativos no comportamento, na saúde e no desempenho escolar. A recomendação é que crianças e adolescentes não passem mais de duas horas diárias em contato com essas mídias.

Estresse e Ansiedade

O psicólogo educacional Anthony Pellegrini, da Universidade de Minnesota, identificou: “Crianças do ensino fundamental que brincam livremente durante o recreio retornam às aulas com a atenção renovada em relação ao seu trabalho. Essas crianças apresentam melhor desempenho em leitura e matemática do que crianças que não participaram do recreio”. Em seu livro *Recess: its role in education and development* (Recreio: seu papel na educação e desenvolvimento, sem tradução para o português), escreve: “As habilidades conhecidas como *funções executivas* (atenção, resolução de problemas e inibição), desenvolvidas sob as condições do brincar dirigido, foram relacionadas ao melhor desempenho em matemática e leitura. Brincadeiras físicas foram também associadas com áreas de desenvolvimento do cérebro – lobos frontais – responsáveis pelo controle comportamental e cognitivo”.

Mau humor, irritabilidade, choro, dor de cabeça, de estômago e nas pernas e alergias podem ser sintomas de estresse na infância. Quando a criança fica exposta por muito tempo à liberação de cortisol, que é o hormônio envolvido diretamente na resposta ao estresse, pode apresentar diminuição na capacidade de aprendizagem. A falta de tempo livre para brincar sem ser dirigida pode estressar a criança. O uso excessivo de eletrônicos também pode desencadear estresse e depressão.



Mesmo servindo de “tranquilizante” para as crianças, vídeos e jogos não deveriam ser utilizados antes dos 2 anos

Hoje nem mesmo as festas infantis proporcionam tempo para o brincar livre: monitores, mágicos e outras atrações mantêm a criança “ocupada”. Os pais fazem o mesmo com a semana da criança e enchem sua agenda de atividades. Em que momento as crianças farão um graveto virar um avião ou um trem? Quando exercitarão sua imaginação e criatividade? Quando aprenderão?

Muitos pais ficam preocupados em capacitar seus filhos para as demandas de um mercado de trabalho de um futuro que desconhecem. Habilidades como a criatividade, a inteligência emocional e a resolução de problemas com certeza sempre serão um diferencial em qualquer profissional. Nada desenvolve mais essas habilidades na criança do que o lúdico. O brincar sozinho, o brincar com pares, o brincar livre e, às vezes, de forma dirigida serão de grande valia para o futuro e também para o presente de nossos alunos e filhos.

Para a aprendizagem precisamos de desafios e exigências, mas não precisamos de estresse, de sobrecarga. Sabemos que as respostas ao estresse podem variar da agressividade à fuga.

Pausas Bem-Vindas

Uma escola na Inglaterra, nas proximidades de Newcastle, mostrou-se um verdadeiro laboratório de aprendizagem ao testar o mesmo conteúdo em turmas diferentes com métodos completamente distintos. Em uma delas, a matéria do dia foi formatada em sessões de 8 minutos, seguidas de uma pausa de 10 minutos, com brincadeiras que não tinham nada a ver com a disciplina. A retenção do conteúdo foi muito maior nessas turmas do que nas que utilizaram o método comum. Sabemos que o cérebro não fixa a atenção por longos períodos. Quem sabe a resposta não seja a escola ter pequenos períodos de aula intercalados com brincadeiras?

Renata Proetti, da Associação Internacional pelo Brincar (IPA, www.ipabrasil.org), que tem como principal objetivo a defesa do direito do brincar e à cultura, como preconiza o artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança, afirma que a exposição infantil às telas (TV, games, computadores, tablets e celulares) está ultrapassando o tolerável e aceitável do ponto de vista da saúde. “Os pais trabalham fora mais e mais horas por dia, fazendo com que as crianças estejam sujeitas às telas como um recurso para o uso do seu tempo livre, que, em tese, deveria ser usado para outras atividades. As grandes cidades, além de muito urbanizadas e com extrema escassez de áreas livres e parques, hoje são vistas como uma zona de risco às crianças devido à violência. Juntos, esses fatores acabam levando as crianças ao sedentarismo, ao abuso da tecnologia. Esse abuso faz com que a criança não brinque. Quando ela não brinca, deixa, entre outras coisas, de se socializar. A socialização cria mecanismos importantíssimos no desenvolvimento da aprendizagem, como ter empatia. A não socialização pode desencadear mecanismos ligados à violência e à depressão. O índice de crianças deprimidas e fazendo uso de medicações no Brasil nunca foi tão alto. Um dos resultados imediatos da falta do brincar é a depressão infantil; os efeitos disso nesse indivíduo adulto, ainda não sabemos quais serão”.



“O índice de crianças deprimidas e fazendo uso de medicações no Brasil nunca foi tão alto”

Em um momento em que adultos pensam em desacelerar, por que não ensinar as crianças a fazer o mesmo? Por que gerar ansiedade desde tão cedo? Não estamos deixando que nossas crianças sintam que a infância é confortável. Achávamos as tardes muito longas na nossa própria infância, mas, com a vida adulta e a agenda lotada, elas começam a passar mais rápido. A maioria das crianças de hoje reclama que o tempo passa rápido e não têm tempo! Como adultos, estamos retirando o tempo de nossos filhos e alunos. Essa responsabilidade é nossa e temos de repensar muito o que

proporcionar a essas gerações mais novas. Que qualidade de vida estamos oferecendo a essas gerações de crianças irritadas, agressivas, agitadas, desanimadas, ansiosas? Para quê? Por quê?

Vantagens do Ócio

Em 2012, a Academia Americana de Pediatria lançou um documento que chamava atenção para os impactos negativos do estresse tóxico, que trazia prejuízos para a aprendizagem, o comportamento e o desenvolvimento físico e mental. O relatório sugeria que parte dos problemas mentais que ocorriam nos adultos deveria ser vista como transtornos de desenvolvimento com início na infância. Desde 2012, o que foi feito para deter a evolução desses transtornos? Nas escolas encontramos muitas crianças com diagnóstico de depressão, pânico e outros problemas relacionados ao encurtamento da infância.

A brincadeira é antes de tudo um direito, e todas as crianças do mundo brincam, mas nossas expectativas quanto ao futuro e ao desempenho delas estão roubando o que elas têm de mais bonito: a espontaneidade, a fantasia e a imaginação. Segundo Fernanda Marques e Helenise Ebersol, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), “(...) uma criança que não consegue brincar deve ser objeto de preocupação. Disponibilizar espaço e tempo para brincadeiras, portanto, significa contribuir para um desenvolvimento saudável. É importante também que os adultos resgatem sua capacidade de brincar, tornando-se, assim, mais disponíveis para as crianças enquanto parceiros e incentivadores de brincadeiras”.

No livro *Einstein teve tempo para brincar* (Guarda-Chuva, 2006), Hirsh-Pasek e Golinkoff escrevem que “brincando mais livremente, as crianças terão mais chance de desenvolver a inteligência emocional”. Afirmam ainda que a inteligência emocional vem com a maturidade, não em brinquedos passivos, e muito menos na pressa das atividades diárias. Os pais devem buscá-la na forma como interagem com seus filhos, no respeito construído pelo que eles dizem e fazem.



LEITURAS SUGERIDAS

Território do brincar - Diálogos com escolas. Renata Meirelles (org.). Território do Brincar e Instituto Alana. Disponível em bit.ly/1lzloe0.

Einstein teve tempo para brincar. Diane Eyer, Kathryn Hirsh-Pasek e Roberta Golinkoff. Guarda-Chuva, 2006.

Animal play behavior. Robert Fagen. Oxford University Press, 1981.

Why play = learning. Kathryn Hirsh-Pasek e Roberta Golinkoff. *Encyclopedia on early childhood development*. Outubro de 2008. Disponível em bit.ly/1Pxucj0.

Para a pesquisadora em desenvolvimento humano Elvira Souza Lima, que está introduzindo em muitas cidades brasileiras o currículo que chama de Viver a Infância, “(...) o tempo para vivenciar essa fase da vida é essencial para a criança. Já sabíamos disso pela antropologia, que revela que brincar faz parte da história da evolução da espécie humana. Hoje, com a neurociência, temos a comprovação de que brincar desenvolve áreas importantes do cérebro, que serão base para aprendizagens futuras. Pelo brincar, a criança se insere na cultura, desenvolve os sistemas expressivos, a empatia e a comunicação humana. O impacto da atividade de brincar no desenvolvimento infantil é maior e mais significativo do que às vezes seguir um ‘currículo’ de cursos e atividades para ocupar o tempo da criança”.

Pesquisadores e educadores concordam com os benefícios do brincar e, principalmente, do

brincar livre, que estimula a troca entre os pares e o desenvolvimento de habilidades importantíssimas para a vida. Ao iniciar o ano, vamos procurar deixar espaços livres na agenda de nossas crianças para o brincar! Os gregos sabiam das coisas, sabiam que aquela ideia criativa, o insight, pode fugir rapidinho se não deixamos tempo para Kairós! Nada como o *dolce far niente!*

Assunto: Crianças sírias apedrejam até a morte casal acusado de adultério

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 31/05/2016



Crianças sírias, incentivadas por combatentes do grupo extremista Estado Islâmico mataram hoje (31) a pedradas um homem e uma mulher acusados de cometer adultério, na província de Deir Al Zur (Nordeste), informou a organização não governamental (ONG) Observatório Sírio dos Direitos Humanos.

As vítimas foram apedrejadas na Praça Al Yaradeq, na cidade de Deir Al Zue, capital da província com o mesmo nome.

A maioria das crianças presentes no local atendeu a um apelo do Estado Islâmico para juntar pedras e atingir o casal, de acordo com a ONG.

Em fevereiro, a organização apedrejou duas mulheres acusadas de adultério, numa praça da mesma cidade.

A cidade está dividida em áreas dominadas pelo Estado Islâmico e pelas forças do regime sírio.

Nas regiões que controlam, os extremistas aplicam uma visão radical da lei islâmica (sharia) e impõem castigos severos - decapitação, apedrejamento ou crucificação - a quem não respeita as normas.

Na Síria, 4.225 pessoas foram executadas pela organização desde que ela declarou o seu califado em junho de 2014.

Assunto: Creche terceirizada bate recorde em São Paulo e reduz filas
Fonte: Portal Andi
Data: 31/05/2016



Para reduzir mais rapidamente a fila por uma vaga em creche, a gestão Fernando Haddad (PT) já fez parceria, desde o início da gestão, com 342 unidades terceirizadas. O número é recorde na cidade. Nesse modelo, crianças de zero a três anos e 11 meses são atendidas em imóveis alugados, geridos por entidades sociais com recursos públicos. Boa parte funciona em espaços inadequados, improvisados em locais que já serviram para abrigar supermercados, asilos, galpões e até igrejas.

No mesmo período, a Prefeitura construiu 39 prédios para abrigar Centros de Educação Infantil (CEIs), sendo apenas dois com administração direta, ou seja, comandados por funcionários concursados - os outros 37 também tiveram a gestão repassada indiretamente para instituições. Haddad prometeu erguer, em quatro anos, 243 creches para ajudar a zerar o déficit, que hoje é de 88 mil vagas.

O recorde de Haddad na assinatura de convênios com a rede terceirizada se dá tanto em relação à última gestão, de Gilberto Kassab (PSD), quando foram firmadas 188 parcerias, como na comparação com a gestão de José Serra/Kassab, que fez 198 convênios.

No geral, 64% das creches consideradas pela gestão petista como municipais são na realidade unidades totalmente privadas - os termos de convênio podem ser extintos a qualquer momento. Nos últimos três anos, ao menos 80 foram cancelados pela Prefeitura após constatação de problemas, como falha na prestação de contas, por exemplo.

Em número de vagas, o “tamanho” do sistema terceirizado também chama a atenção. Das 275.967 matrículas registradas até abril, 159.865, ou 58%, são oferecidas em unidades administradas por organizações em prédios alugados. Já as matrículas na rede própria somam 57.154 e na indireta, 58.948. Para firmar convênio com a Prefeitura, essas entidades precisam ter experiência de ao menos três anos e não ter fins lucrativos. O processo não prevê licitação, mas seleção pública.

A expansão dos convênios, que custam cerca de R\$ 1,7 bilhão ao ano, no entanto, não foi acompanhada de uma política de aprimoramento do modelo. Apesar de única, a rede municipal apresenta diferenças que vão desde a qualidade dos espaços até a jornada de trabalho e o salário pago aos funcionários públicos e terceirizados. Nas creches conveniadas, um professor trabalha 40 horas semanais e tem salário-base de R\$ 2.087. Na rede própria, a jornada é de 30 horas e o piso, de R\$ 3,4 mil, com o abono anual. O atendimento deve ter a mesma qualidade.

Inacabadas

Visitas feitas pelo jornal Os Estados de S. Paulo nas duas últimas semanas revelaram salas de aula sem divisórias, banheiros inacabados, refeitórios sem mesa e cadeiras, falta de brinquedos e corredores estreitos.

“Não é o ideal, sabemos disso, mas foi o que deu para fazer a tempo de inaugurar. Nossa meta agora é melhorar aos poucos”, disse a diretora de uma creche inaugurada em novembro em Pirituba, na zona norte da capital, referindo-se às salas de aula com paredes que não vão até o teto e aos vasos sanitários sem tampa. Os nomes e as unidades não serão revelados pela reportagem a pedido das entidades, que temem represálias da Prefeitura.

Reformas e pequenos consertos demoram porque, segundo as organizações, falta verba. O dinheiro repassado não cobre todas as contas e, de acordo com as regras, deve ser empregado, principalmente, no pagamento de funcionários e na compra de material pedagógico. Para arcar com as despesas extras, as instituições apelam para eventos beneficentes.

Em uma das unidades da região central, as reclamações vão da falta de espaço para os funcionários à falta de verba. “Não temos nem onde comer. Dividimos o espaço com as crianças”, disse uma professora. Em outra conveniada visitada no centro, o refeitório não tem mesas nem cadeiras, mas apenas cadeirões - recomendáveis para crianças de até um ano e meio de idade.

De acordo com uma funcionária, a cozinha está sendo construída, mas não há previsão para conclusão. No prédio de quatro andares, só os dois primeiros estão ocupados. Parte das salas e até o banheiro têm divisões por muretas, como um grande galpão, sem separação adequada dos cômodos.

Na contramão, as creches construídas pela Prefeitura seguem padrões mais rigorosos, que resultam em espaços mais confortáveis. Para quem depende da vaga para trabalhar, as diferenças são notadas, mas superadas no dia a dia. “Os prédios da rede direta são maiores, mais bonitos. Mas as professoras das entidades cuidam bem das crianças”, diz a balconista Jaqueline Alves Tenório, de 25 anos. A filha Cibele, de 3, frequenta uma unidade em São Miguel, na zona leste. “O que me preocupa é a manutenção da vaga.”

A situação observada em creches terceirizadas em São Paulo descumpre uma série de recomendações previstas pelo Ministério da Educação (MEC) em um documento assinado pelo prefeito Fernando Haddad, quando ministro, em 2006. “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil” define, passo a passo, como devem ser instaladas as unidades em todo o País.

Elaborado em parceria com secretarias municipais de Educação, com apoio de arquitetos, engenheiros e educadores, o documento estabelece, por exemplo, que uma creche deve ter sua construção planejada por profissionais. A determinação está logo na introdução do material, que exige ainda a apresentação de um projeto executivo com o “detalhamento técnico e as especificações de materiais e acabamentos”.

Regra que passa longe de mais da metade dos prédios que funcionam como creches em São Paulo. Na rede terceirizada, que atende hoje 58% das crianças, os imóveis são adaptados. Para atender à demanda, a Prefeitura aprova o uso de prédios construídos para outro fim, como igrejas.

Outra recomendação do MEC pouco seguida refere-se ao cuidado com os espaços. Segundo o documento, as crianças devem ser atendidas em local “silencioso, preservado das áreas de grande movimentação, com conforto térmico e acústico”. Em uma das unidades visitadas, na região central, as salas são divididas por muretas, sem o isolamento de som indicado.

Há ainda previsão de “área externa”, como um parque ou jardim - outro item não cumprido em ao menos três unidades visitadas pela reportagem nas duas últimas semanas. O “parque” de uma delas fica dentro da sala.

“Também são previstas portas e cabines individuais nos banheiros. Em duas das creches visitadas, porém, os vasos são colados uns aos outros em um ambiente completamente aberto e próximo das alas das crianças mais velhas. Em um deles, nem sequer havia tampa nos vasos.

Desenvolvimento

As diferenças entre a teoria e a prática podem prejudicar o desenvolvimento das crianças, na análise da pesquisadora em Educação da Fundação Carlos Chagas Maria Malta Campos. Ela ressalta que para ser positiva a interação que elas têm na creche é preciso que alguns limites sejam respeitados, como “as condições mínimas de infraestrutura, qualificação de pessoal e de gestão”.

Para o professor de Políticas Públicas Salomão Ximenes, da Universidade Federal do ABC, a expansão dos convênios ocorre sem um acompanhamento efetivo da qualidade. “As conveniadas (terceirizadas) são admitidas, mas como uma medida emergencial para atender a essa pressão de demanda. Isso não autoriza que o município faça convênios com creche que não atende os requisitos estabelecidos pelo MEC”, diz.

Ximenes afirma que há uma espécie de loteria social, que define quem vai para a creche direta e quem vai para a terceirizada. “Atende-se com padrões muito desiguais. É uma discriminação em desfavor de algumas crianças”, diz.

Legislação

Uma das soluções passa por mudanças na legislação, afirma o vereador Andrea Matarazzo (PSD). Projeto de sua autoria aprovado na Câmara em janeiro, que ainda aguarda regulamentação, cria um alvará de funcionamento especial para creches, a fim de garantir a segurança dos prédios.

Já Toninho Vespoli (PSOL) defende a retomada da rede, por meio da ampliação de creches diretas. Para o parlamentar, os convênios não podem se tornar política única.

Assunto: Afeto e atenção são fundamentais para desenvolvimento das crianças

Fonte: Portal Andi

Data: 31/05/2016



Uma cestinha pendurada na porta do quarto de Davi, de 4 anos, dá o recado: ali não entra celular. Colocar o objeto na maçaneta foi a ideia da mãe, a advogada Manoela Gambardella, para lembrar de guardar o telefone sempre que for brincar — uma estratégia para que sua atenção esteja totalmente voltada para o filho. A prática, segundo duas pesquisas publicadas este mês, pode render mais que momentos preciosos em família. Um estudo feito pela Universidade de Indiana, nos EUA, mostrou que pais que se distraem com outras coisas enquanto brincam com os filhos podem gerar prejuízos cognitivos nos pequenos. Outro relatório da Faculdade de Medicina da Universidade de Washington revelou ainda que o afeto das mães pode fazer o cérebro da criança se desenvolver mais rapidamente.

A participação efetiva dos responsáveis na criação dos filhos está diretamente relacionada ao desenvolvimento das crianças. E o assunto está entre os temas em debate no evento “Educação 360 Infância”, que acontece no dia 30 de junho, no Museu do Amanhã, no Rio, e é uma realização do jornal O GLOBO e “Extra”, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com o Banco Mundial, o BID e a Fundação Lemman. O seminário tem ainda o apoio da TV Globo, do Canal Futura e da Unicef.

Teste de distração

Publicado na revista científica “Currently Biology”, o estudo dos pesquisadores de Indiana observou as brincadeiras de 36 pais e seus filhos de 1 ano de idade para entender se a falta de atenção dos responsáveis poderia fazer com que os pequenos também se tornassem desatentos. Durante a análise, os pesquisadores constataram que os pais que se distraíam com outras coisas enquanto brincavam com os filhos causavam perda de atenção nas crianças.

— É sabido que a capacidade das crianças de manter atenção é um forte indicador de sucesso posterior em áreas como aquisição de linguagem e resolução de problemas. Cuidadores cujos olhos vagueiam enquanto as crianças brincam parecem ter um impacto negativo sobre a atenção dos bebês — explica Chen Yu, psiquiatra e principal autora da pesquisa de Indiana.

Durante o estudo, parte dos pais direcionou os filhos a pegar determinados brinquedos, restringindo o direito de escolha da criança, enquanto outros deram suporte e atenção às crianças a partir do objeto escolhido por elas, o que contribuiu para aumentar a concentração. Os testes mostraram que quando pais e bebês prestavam atenção em um determinado brinquedo por mais de 3,6 segundos, as crianças continuavam olhando para o mesmo objeto por mais 2,6 segundos depois que os cuidadores dispersavam. Esse tempo é quatro vezes maior que o dos bebês cujos responsáveis se distraíam.

— Tudo que aprendemos nos dois primeiros anos da vida é feito com os pais, então o cérebro se acostuma a usar os pais como referência de tudo. Se o pai muda o comportamento, a criança também pode mudar — explica o psiquiatra da infância e adolescência Caio Abujadi.

Em meio a uma rotina caótica de trabalho, Manoela, que admite ser “viciada em celular”, conta que passou a se policiar para aproveitar melhor o tempo com o filho:

— Resolvo minha vida toda por celular, é um exercício me desligar. Para entrar no mundinho dele, eu deixo minhas preocupações do lado de fora.

A empresária Waleska Lopes, mãe de Miguel, de 2 anos, também adota a prática de dedicar atenção exclusiva ao filho:

— Não fico com ele o tempo que desejo, mas compenso dando total atenção. Não tem como mexer no celular com aquela fofura do lado.

Cérebro de Iniciante

Além da assistência, o amor das mães traz um ganho extra para Davi e Miguel. Uma análise de 127 crianças feita por pesquisadores da Universidade de Washington observou que uma parte importante do cérebro se desenvolve até duas vezes mais rápido naqueles que têm mães afetuosas, principalmente nos seis primeiros anos de vida da criança.

— Acreditamos que isso se deve à maior plasticidade cerebral quando a criança é menor, o que significa que o cérebro é afetado mais fortemente por experiências no começo da vida — explica a psiquiatra Joan Luby.

Como método, os pesquisadores filmaram a mãe durante uma tarefa estressante, ao mesmo tempo em que precisava monitorar o filho — que, para compor o cenário, recebeu um presente que não poderia abrir imediatamente. As mães que mantiveram o controle concluindo sua tarefa e dando assistência ao filho foram consideradas mais afetuosas.

O crescimento do hipocampo — área do cérebro relacionada à memória, aprendizado e controle das emoções — das crianças também foi monitorado por meio de ressonâncias magnéticas periódicas, desde sua vida pré-escolar até a adolescência. A conclusão da pesquisa foi que o apoio emocional na infância contribui para melhor desempenho escolar e maior êxito na vida adulta.

— O desenvolvimento infantil depende de fatores genéticos e ambientais. O que os trabalhos não dizem é se esse tipo de interação inadequada pode levar a um comprometimento grave — observa o neuropediatra Clay Brites, professor da Unicamp.

Assunto: Escolas Rurais Conectadas - uma plataforma sobre a educação do campo conectada e inovadora

Fonte: Promenino

Data: 31/05/2016

Promenino

Em um universo de 50 milhões de alunos matriculados, é um dado importante que 12% deles estejam em área rural. Pensar a educação brasileira é pensar a educação do campo, e como as particularidades educacionais de uma região de acessos complexos, aulas multisseriadas e histórico de movimentos sociais funcionam.



A inovação na educação não pode ser privilégio dos contextos urbanos.

Projetando quão ricas as experiências do campo se tornam quando aliadas à tecnologia que a Fundação Telefônica Vivo mantém o programa Escolas Rurais Conectadas. Respeitando o contexto de salas multisseriadas e com um número diminuto de professores e infraestrutura à disposição, o programa se apoia em três eixos para conectar as instituições com o mundo: a Conexão, a Formação e os Laboratórios.

A Telefônica Vivo leva conexão 3G às escolas do campo: já foram conectadas aproximadamente 15 mil escolas em 9 estados brasileiros. Para experimentar o uso de novas tecnologias em diferentes formatos e contextos educacionais, a Fundação implementou os laboratórios de Viamão (RS) e Vitória de Santo Antão (PE).

O eixo de Formação oferece uma gama de cursos online, onde o educador pode se inscrever para dar continuidade a sua formação pedagógica, com um conteúdo preparado para as particularidades da educação do campo. Por ser online, o curso tem maleabilidade de alcançar e conectar professores de vários cantos do país, que o fazem de acordo com suas afinidades e dificuldades enfrentadas individualmente em cada sala de aula.

Foi o que aconteceu na escola E. E. M. Dr. Matos, na cidade de Italva, interior do Rio de Janeiro. “A nossa escola é na zona rural, multisseriada, e sempre tivemos muita dificuldade com formação continuada”, explica Isabel Cristina Souza, diretora e professora da escola. A plataforma de Escolas Rurais Conectadas trouxe tudo aquilo o que precisavam: conhecimento de maneira adaptável ao contexto da escola. Os cursos oferecidos pela plataforma, como o TIC nas Escolas: Nível Básico, diminuem o abismo entre a tecnologia a educação, criando amplas possibilidades pedagógicas.

Assunto: Cartórios passam a emitir certidão de nascimento com do CPF no Amapá

Fonte: CNJ

Data: 31/05/2016



Em vigor desde a última semana, o procedimento para que o CPF seja informado na Certidão de Nascimento tornou-se rápido e simples no Amapá. O que muda é o procedimento do cartório, que antes de emitir a certidão de registro de nascimento encaminha as informações para a Receita Federal e recebe de volta o número do CPF do recém-nascido. Além da comodidade e gratuidade, da prevenção de fraudes e de problemas causados por homônimos, a

emissão do CPF simultaneamente com a certidão de nascimento atende à demanda da população mais carente, que necessita do número para que seus filhos tenham acesso a benefícios sociais.

“Por ser um requisito essencial para a concessão de benefícios sociais, o cadastro de pessoa física emitido com celeridade facilita para os pais esse processo de inclusão sem acarretar custos”, ressaltou a juíza corregedora dos Cartórios Extrajudiciais do Amapá, Liége Gomes. Para a tabeliã Cristiane Passos, o registro civil é fundamental para o exercício da cidadania, já que a partir de sua atividade o cidadão obtém documentos essenciais. “Essa ferramenta torna possível aos cartórios a emissão de certidões de nascimento já com o número do cadastro de pessoa física. Portanto, todo o mecanismo que facilite os cadastros dos cidadãos deve ser incentivado”, disse.

O sistema funciona online através do acesso do Cartório de Registro Civil à base de dados da Receita Federal, que recebe uma numeração e a lança diretamente na Certidão de Nascimento. Em muitos casos, a facilidade é ainda maior, já que muitos bebês são registrados na maternidade e os pais recebem a certidão no próprio hospital.

Custo a menos - Joelmo Batista Pinto foi ao cartório registrar seu filho de 12 dias, Enzo Gabriel, e ficou surpreso ao saber da nova ferramenta que facilitou a emissão do CPF do recém-nascido. “Eu não tinha conhecimento que já vinha o CPF na certidão de nascimento e fiquei surpreso e feliz por ser um custo a menos, pois antes, pagávamos uma taxa. Agora, junto com o registro, é gratuito”, ressaltou.

O delegado da Receita Federal, Ronaldo Genu, ressaltou a importância de facilitar a emissão do Cadastro da Pessoa Física. “O CPF tem sido a cada dia um documento indispensável para

o cidadão. A Receita Federal exige na declaração do Imposto de Renda que os dependentes tenham essa documentação. Então essa facilidade é uma burocracia a menos que os pais terão futuramente”, observou.

A expansão dos serviços relacionados ao CPF atende ao Decreto 6.289/07, que incluiu o Cadastro de Pessoas Físicas na lista de documentos civis básicos, assim como o Registro Geral (RG) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Assunto: CNJ Serviço - Saiba como funcionam as regras para guarda dos filhos

Fonte: CNJ

Data: 31/05/2016



Em dezembro do ano passado, a Lei 13.058, de 2014, passou a determinar que a guarda compartilhada deve ser vista como uma regra nos casos em que há a dissolução do vínculo entre o pai e a mãe da criança. A guarda compartilhada determina que o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre a mãe e o pai, considerando sempre a forma mais interessante e adequada para os filhos. Ela deve ser estabelecida independentemente de haver acordo entre os pais da criança e da forma como se deu a separação – amigável ou não -, a menos que o magistrado verifique que um dos genitores não possui condições de zelar pela tutela do filho ou que um deles abra mão da guarda.



A lei da guarda compartilhada estabelece que os pais devem decidir em conjunto todas as questões atinentes à vida dos filhos, como a criação e formação escolar, as viagens ao exterior e mudanças de residência. Não é a mesma coisa que a convivência alternada, em que a criança mora um tempo com o pai e outro com a mãe, regime criticado por muitos psicólogos que acreditam que o fato de a criança não ter residência física afeta seu amadurecimento e cria um estado de confusão em sua vida, impedindo a noção de raízes. Na guarda compartilhada, a criança possui residência fixa, determinada pelo juiz, e o genitor que não possui a custódia física exerce o seu direito de convivência, que pode ser estabelecido, por exemplo, em dois dias na semana, aos fins de semana ou de quinze em quinze dias. Cabe ao outro genitor respeitar esse direito, ainda que os pais não mantenham contato.

Perda ou suspensão da guarda – As hipóteses legais para a perda da guarda da criança e destituição do poder familiar – chamado anteriormente de poder pátrio -, estão descritas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Civil. De acordo com o ECA, a perda da guarda ou suspensão da mesma pode ser decretada judicialmente em caso de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações do artigo 22 do estatuto, que determina as obrigações dos pais perante os filhos. Segundo esse artigo, cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, e a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

O ECA também estabelece que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Além disso, também não perde a guarda dos filhos, em caso de condenação criminal do pai ou da mãe, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.

Abuso de autoridade – De acordo com o Código Civil, a perda ou a suspensão da guarda familiar pode se dar caso os pais abusem de sua autoridade, faltem com os deveres a eles inerentes, arruinem os bens dos filhos, castiguem imoderadamente, abandonem o filho, pratiquem atos contrários à moral e aos bons costumes, incidam reiteradamente em atos lesivos aos interesses dos filhos, ou ainda sejam condenados a mais de dois anos de prisão por sentença irrecorrível. Como as hipóteses são genéricas, a análise se dá caso a caso durante o processo judicial, proposto geralmente por um parente interessado ou pelo Ministério Público, ao constatar uma atitude nociva aos direitos das crianças e dos adolescentes. O processo judicial de perda ou suspensão da guarda se dá mediante o direito de defesa da mãe ou pai, que podem contar com um advogado.

Na perda e suspensão da guarda e destituição de poder familiar, a mãe ou o pai podem visitar o filho em outro lar, ou em um abrigo. Na destituição, é cortado o vínculo com os pais, devendo, o filho, ser encaminhado para família substituta, por via de adoção. A perda do poder familiar pode ocorrer pela morte dos pais, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção ou por decisão judicial.

Assunto: Polícia suspeita de falha na rede do quarto do menino que caiu de prédio

Fonte: Portal G1 PE

Data: 31/05/2016



A Polícia Civil pedirá uma perícia complementar no caso da criança de 6 anos que caiu do 21º andar do seu prédio, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, na noite da segunda-feira (30). O laudo será crucial para entender se houve falha na resistência da rede de proteção que ficava no quarto do menino.

"A principal hipótese é que tenha ocorrido um acidente. Para isso, a polícia precisa saber se foi provocado por uma falha na rede do apartamento", adiantou o delegado Carlos Couto. A polícia também trabalha em cima de que a rede tenha se soltado do pino que prega o material na parede do prédio, já que a tela não apresentava indícios de dano.

Os pais estão prestando depoimento neste momento na delegacia de Boa Viagem. De acordo com o delegado, a mãe teria dito que a criança era bem tranquila e nunca havia tentado alcançar a janela.



Delegado Carlos Couto



Edifício Sun Park, localizado dentro do Condomínio Evolution Shopping Park, em Boa Viagem

Por causa do temporal da última segunda, a criança não teve aula. A mãe teria deixado o garoto ficar dormindo no quarto. "A mãe estaria no apartamento com o outro filho, de 2 anos. Ela teria deixado o menino dormindo e ido até a cozinha. Nesse momento, se surpreendeu com a ligação do porteiro contando que a criança tinha caído".

A polícia ainda ouvirá outras testemunhas, como o porteiro e vizinhos. Enquanto isso, o quarto da vítima segue isolado. O laudo conclusivo da perícia deverá sair em até 30 dias.

Como o pai e o menino são italianos, a família aguarda uma liberação da polícia para velar e enterrar a criança no exterior. "O corpo já foi liberado pelo Instituto de Médico Legal (IML) do Recife. Acredito que não haverá problema em liberar essa viagem", completou Carlos Couto. O pai é funcionário da Jeep e a família está no Brasil há 2 anos.

Assunto: Foto de bebê encontrado morto no Mar Mediterrâneo comove o mundo

Fonte: Diário de PE

Data: 31/05/2016

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Martin, voluntário da organização Sea-Watch, segura o corpo da criança: gesto instintivo de proteção

Quase nada se conhece sobre o bebê, inerte, aninhado nos braços de Martin. “Ele foi encontrado na última sexta-feira. Quando a nossa tripulação chegou, 350 pessoas estavam dentro da água e havia um número desconhecido de imigrantes presos sob o convés da embarcação de madeira, na costa da Líbia, no Mar Mediterrâneo. Ao

recuperarmos os corpos, mais tarde, encontramos a criança flutuando na água, sem sinais de vida. Não sabemos se os pais sobreviveram ou não”, contou ao Correio Ruben Neugebaper, porta-voz da Sea-Watch. Para que a morte do pequeno não fosse em vão, a organização não-governamental alemã decidiu fotografá-lo e espalhar a imagem pelos quatro cantos do planeta.

”Nós decidimos pela publicação porque pensamos que a gravidade da situação exige que o mundo conheça a foto”, explicou Ruben. “A União Europeia (UE) utiliza o Mar Mediterrâneo como uma vala, enchendo-o de cadáveres, a fim de assustar os imigrantes e dissuadi-los de virem”, acrescentou. O ativista alerta que, enquanto não houver uma passagem segura e legal para os refugiados, tragédias como a de sexta-feira tornarão a ocorrer. “Vários barcos viraram na costa da Líbia, deixando centenas de mortos, como resultado da política externa europeia”, criticou o porta-voz. Em nota, a entidade privada assegurou ser “bastante cautelosa” em relação à utilização ética de informação e filmagens da missão.

Martin, o homem que aparece na foto segurando o cadáver do bebê, atua como piloto de bote rápido da ONG e é pai de três crianças. Ele preferiu não ter o sobrenome divulgado. Por e-mail enviado a agências de notícias, ele contou ter identificado a criança na água “como se

fosse um boneco, com os braços estendidos”. “Segurei o braço dele e puxei o corpo leve, de forma protetora, para os meus braços, como se ele estivesse vivo. (...) O sol refletiu em seus olhos brilhantes e amigáveis, mas sem qualquer movimento”, lamentou. “Eu comecei a cantar para confortar a mim mesmo e para dar algum tipo de expressão àquele momento incompreensível e de cortar o coração. Apenas seis horas antes, aquela criança estava viva.”

De acordo com Ruben, a Sea Watch mantém entre 10 e 15 tripulantes em dois barcos. “Nós temos realizado esforços de busca e de resgate na costa da Líbia e no Mar Egeu”, relatou o ativista. Fundador da Sea-Watch, Harald Höppner também cobrou que os países da União Europeia forneçam passagem segura aos barcos com imigrantes. “Se não queremos ver tais imagens, então temos de parar de produzi-las”, desabafou. “Na sequência desses acontecimentos desastrosos, torna-se óbvio que os apelos de políticos da UE para se evitar mais mortes no mar soma-se a nada mais do que retórica vazia.” A imagem do bebê se soma à do garoto sírio Aylan, 3 anos, encontrado morto em uma praia da Turquia. Desde o início de 2014, mais de 8 mil pessoas morreram afogadas no Mediterrâneo.

Brasil expressa “tristeza”

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro afirma que o governo recebeu com “profunda tristeza e consternação” a notícia sobre as mortes de centenas de imigrantes no Mar Mediterrâneo, na semana passada. “Esses trágicos acidentes devem tocar a consciência de todos e reforçam a urgência de uma solução abrangente para a gravíssima crise de refugiados, que deve, necessariamente, incluir o apoio da comunidade internacional e um esforço concentrado na busca de soluções para os conflitos que estão na origem desse fenômeno e que levam milhões de pessoas a abandonar suas casas na procura de melhores condições de vida”, afirma o Itamaraty.

Balanço amargo

Mais de 13 mil pessoas foram resgatadas no Mar Mediterrâneo na última semana. Dezenas morreram e centenas estão desaparecidas.

As estatísticas se mantêm

As chegadas de refugiados à Europa se concentram em um prazo determinado de tempo. O número se mantém no mesmo nível que no ano passado: 46.700 desde o início do ano, contra 47.400 em 2015, durante o mesmo período, segundo a ONU. Se o total de mortos e desaparecidos na área agora excede os 1.700, a Organização Mundial para as Migrações (OIM) registrou 1.782 no mesmo período do ano passado.

O Mediterrâneo central

A rota marítima saindo da Líbia se tornou a principal porta de entrada à Europa desde o fechamento da rota dos Bálcãs. O fluxo proveniente da Líbia se manteve mais ou menos constante desde o ano passado. A maioria dos imigrantes que chegam à Itália é proveniente da África subsaariana.

Quantos saem da Líbia?

Um relatório recente da Interpol e da Europol calcula que cerca de 800 mil migrantes esperam sair da costa da Líbia até a Europa.

Como é a viagem desde a Líbia?

A maioria dos migrantes empreendem a travessia a bordo de botes lotados. Muitos partem à noite, sob ameaça, golpes e disparos dos contrabandistas, pois vários querem desistir quando descobrem o péssimo estado das embarcações usadas na travessia.

Assunto: Redução da maioria penal volta à pauta da CCJ nesta quarta

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 31/05/2016



A redução da maioria penal volta à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira (1º). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves. A proposta foi discutida no último dia 18, quando teve pedido de vista do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de voto em separado contrário à PEC 33/2012.

A proposta tramita em conjunto com mais três PECs que versam sobre o tema. No relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), foi apresentado um substitutivo que manteve a aprovação do texto de Aloysio e rejeitou as outras três (PECs 74/2011, 21/2013 e 115/2015). O foco de Ferraço foi detalhar os crimes graves envolvendo menores que podem ser alvo de desconsideração da inimputabilidade penal. Além dos crimes hediondos listados na Lei nº 8.072/1990, a redução da maioria penal seria cabível na prática de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado.

Ao contrário do que previa a proposta de Aloysio, o relator decidiu excluir desse rol o crime de tráfico de drogas. A desconsideração da inimputabilidade penal de menores de 18 anos e maiores de 16 anos deverá ser encaminhada pelo Ministério Público.

“De fato, é comum que se usem menores de idade como ‘aviãozinhos’ no tráfico de drogas, o que claramente não constitui um delito cuja prática denota crueldade ou torpeza do autor, assim, a desconsideração da inimputabilidade nestas circunstâncias poderia significar um equívoco”, justificou Ferraço em seu relatório.

Na reunião do dia 18 de maio, também foi apresentado requerimento pelo senador Telmário Mota (PDT-RR), que reivindicou a promoção de debate sobre o assunto com quase uma dezena de representantes da sociedade. Ferraço e Aloysio discordaram da votação do requerimento de Telmário e da necessidade de nova audiência sobre a redução da maioria penal. Apesar de outros senadores terem defendido o debate, Ferraço invocou questões regimentais que acabaram impedindo a votação imediata do requerimento de Telmário.

— Abrir um novo prazo [para debate] é procrastinar ainda mais essa questão. O processo já está instruído e o que temos assistido, no Congresso, é a falta de coragem para enfrentar temas polêmicos e sobre os quais não há consenso — avaliou o relator da PEC 33/2012.

Além dessa proposta, a CCJ analisa ainda mais 34 itens. A reunião tem início marcado para as 10h, na sala 3 da ala Senador Alexandre Costa.

Fim da CGU

A CCJ também vai realizar, na próxima quinta-feira (2), uma audiência pública para ouvir o ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira. Ele deve prestar esclarecimentos sobre o fim da Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Medida Provisória (MP) 726/2016, que transferiu as competências do órgão para o recém-criado Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

O autor do requerimento, senador Randolfe Rodrigues, justificou o pedido de audiência pela preocupação que a extinção da CGU vem causando na sociedade quanto à autonomia de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

“Parece inegável que a haverá diminuição na independência funcional dos atos de controlar e fiscalizar internamente o Poder Executivo. E em um momento tão conturbado como o que o Brasil vivencia atualmente, principalmente do ponto de vista político e judicial, atos da Presidência devem sempre fortalecer e dar mais independência aos órgãos de combate à corrupção, e não os subordinar, provocando o efeito oposto”, justificou Randolfe.

A audiência pública será realizada às 10h, na sala 3 da ala Senador Alexandre Costa.

Assunto: Aprovado no Senado, projeto que proíbe o fumo em parque infantis aguarda decisão na Câmara

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 31/05/2016



Se a Câmara dos Deputados aprovar rapidamente, o vício do fumo sofrerá mais uma derrota. O PLS 344/2013, do ex-senador Paulo Davim (PV-RN), já foi aprovado no Senado pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), sendo em caráter terminativo nesta última. O projeto, relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), passa a proibir o fumo em parques infantis, principalmente os *playgrounds* e locais de práticas esportivas. Ouça a reportagem de Carlos Penna Brescianini, da Rádio Senado.

Assunto: Cartilha traz registro de brincadeiras das crianças de Nova Iguaçu

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 31/05/2016



Está disponível no *site* da Solidariedade França Brasil a cartilha “Revivendo as brincadeiras de criança”, editada pela SFB a partir de um levantamento de brincadeiras realizadas no ano passado, que será distribuída para todas as unidades de ensino e de Educação Infantil públicas e comunitárias e demais instituições que atuam com a primeira infância em Nova Iguaçu. A publicação é mais um produto no âmbito do Projeto Construindo em Rede: Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu, vinculado à proposta da Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo Instituto C&A. Concebido pela Solidariedade França-Brasil – SFB, articulado com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Associação de Conselheiros Tutelares, Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense, entre outros.



A cartilha foi apresentada e distribuída ao público na ação que foi realizada no dia no dia 25 de maio de 2016, no Centro Social São Vicente, alusiva ao Dia Mundial do Brincar, e está disponível para download gratuito no site: <http://www.sfb.org.br/site2015/br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilhas-das-Brincadeiras-BD.pdf>

Assunto: Após pedido da AMB, CNJ autoriza tribunais a concederem licença-paternidade de 20 dias

Fonte: AMB

Data: 31/05/2016



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deferiu parcialmente o pedido da AMB – em conjunto com Anamatra e Ajufe – de estender a licença-paternidade de magistrados de cinco para 20 dias. Com a decisão liminar, o CNJ autoriza os tribunais de todo o Brasil a editarem atos que permitam a prorrogação do benefício.



No pedido, as entidades argumentaram que o aumento no período da licença-paternidade já havia sido concedido aos trabalhadores sob regime da CLT por meio da Lei 13.257/2016, tal qual implementado pelo Decreto 8.737/16, para os servidores públicos submetidos aos regimes da 8,112/90 e pelo MPF, para seus membros. “Assim, dúvida não pode haver quanto à pertinência da pretensão no escopo legal de melhoria e eficiência do Poder Judiciário, na medida em que implementa e institucionaliza política pública de proteção à primeira infância e à instituição familiar”, consta no documento.

Ao deferir o pedido em caráter liminar, o conselheiro Bruno Ronchetti reconhece a possibilidade de os tribunais e demais órgãos do Poder Judiciário prorrogarem a licença paternidade de magistrados e servidores, mediante edição de ato normativo.

Para acesso à íntegra da decisão, acesse o endereço: <http://www.amb.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/05/licenca-paternidade.pdf>